

# Economia - Brasil Os autores

**A** elaboração, no Ministério do Planejamento, do segundo elenco de medidas no governo Figueiredo para ajustar a economia do País (o primeiro ocorreu em dezembro de 1979) mobilizou, em regime quase full time, uma pequena e dinâmica equipe de assessores do ministro Delfim Netto, a quem diariamente, tanto em Brasília como em São Paulo, abasteceu com relatórios, estatísticas, projeções e muitos números. Esses assessores evitaram sempre o assédio da imprensa e, quando falavam escamotearam informações, as mais banais possíveis. Um grande silêncio e muita cautela marcaram os seus trabalhos.

O chefe da assessoria econômica do Ministério do Planejamento, Akihiro Ikeda (sempre avesso a entrevistas) e o assessor técnico especial de Delfim Netto comandaram a feitura de todos os estudos técnicos que resultaram no "pacote". O assessor técnico especial do Ministério do Planejamento é João Batista de Abreu, remanescente da equipe do ex-ministro Mário Henrique Simonsen, que foi convidado, em agosto de 79, por Delfim Netto a fazer parte da sua equipe, por deter uma rara competência técnica.

Dos estudos globais para reduzir o déficit público (exigência do Fundo Monetário Internacional) trabalharam dois representantes do IPEA (Instituto de Planejamento Econômico e Social): o superintendente do IPLAN, José Augusto Arantes Savansini e Carlos Von Doellinger, que inclusive, foram a Washington discutir alguns pontos com o Fundo Monetário Internacional.

Os estudos para a redução dos subsídios ao consumo do trigo e do petróleo foram coordenados pelo secretário Especial de Abastecimento e Preços, José Milton Dallari Soares. O trabalho de "estiva" foi feito por Paulo Motoki e Eduardo Vinholi, técnico recém-chegado do Conselho Nacional do Petróleo; esses dois funcionários se dedicaram à questão das implicações da retirada de mais uma parcela dos subsídios ao consumo do petróleo; o modus Faciendi para executar essa tarefa; e também às fórmulas para fechar o balanço da Petrobrás, no primeiro trimestre que registrou um prejuízo de 200 bilhões de cruzeiros; e a "contapetróleo" foi escarafunchada. "Trabalho de chinês", como definiu um deles.

Dallari e o general Glauco Carvalho, superintendente da SUNAB, cuidaram, e ao que parece continuarão estudando um pouco mais, a redução dos subsídios do trigo, que deverão sofrer um aumento de 50 por cento, com um impacto de 15 por cento sobre os preços dos pães, massas, macarrão etc.

Nelson Mortada, secretário de Controle das Empresas (outra autoridade do Ministério do Planejamento que não gosta de jornalistas) junto com a sua afiadíssima e fiel equipe do sexto andar do ministério são os autores dos cortes nos gastos das estatais, seja a nível de investimentos, como de outros custos, e com pessoal e encargos sociais. A "Tesourada" nas mordomias concedidas pelas empresas estatais aos seus funcionários foi um trabalho feito em comum com a consultoria jurídica da Seplan.

As medidas de caráter tributário foram estudadas por dois assessores especiais do ministro Delfim Netto: Luis Paulo Rosenberg, e Ibrahim Eris, ambos professores de economia no INPE (Instituto de Pesquisas Econômicas) da Universidade de São Paulo.

O chefe da assessoria econômica do Ministério da Agricultura, Deniz Ribeiro, assessorou o secretário Especial para Assuntos Econômicos, Akihiro Ikeda, na difícil questão da redução dos subsídios ao crédito agrícola, decisão que encontra opositores dentro da própria Seplan, como é o caso de Nestor Jost, o ex-presidente do Banco do Brasil e atual secretário-executivo do Conselho Interministerial do Programa Grande Carajás.

Como ocorreu nos últimos dias, hoje Ikeda, Mortada, Dallari, João Batista de Abreu, Carlos Von Doellinger e José Augusto Arantes Savansini foram ao Palácio do Planalto, dessa vez, para levar minutas de decretos-leis e de portarias (que não foram identificadas pela imprensa) bem como alternativas adicionais para as medidas encaminhadas à mesa do Presidente Figueiredo. O grosso do trabalho a nível técnico, foi mesmo encerrado ontem ao meio-dia, como informou esse jornal.

O trabalho dos jornalistas setorizados na Seplan para cobrir o preparo do pacote foi extremamente árduo, em função do rigoroso controle de informações praticado pelos principais escalões do ministério. O próprio ministro Delfim Netto fugiu sempre que pôde do contato com a imprensa, não concedendo por exemplo nenhuma entrevista coletiva.

JOSE BERNARDES